



a balada do bairro

JOÃO
DE ALMEIDA
SANTOS



Esta história nasceu de factos verídicos. A maioria das personagens existiu e os seus nomes são verdadeiros. Mas como os factos raramente contam a história toda, a ficção tomou conta do resto. A narrativa pode ou não ser inventada, mas o sangue derramado é real.

1

A madrugada espreita pelas lâminas de madeira pintadas. E com ela, o arrebol escarlate. Entra a passo até se esbater nas flores do papel de parede. Sem vida. Ao lado, pratos de barro alentejanos com espigas desenhadas, que trazem o campo para dentro e fingem que a fome ficou de fora. Esta casa jaz silenciosa, embora a decoração seja um grito engasgado décadas lá atrás. De frente, uma consola envidraçada guarda, com devoção supersticiosa, uma coleção de santos perfeitamente alinhados, para que, volta e meia, lhes possam pedir sorte. Entre as figuras de gesso que já perderam o brilho e terços esfumados pelo uso, o também gasto livro de São Cipriano. Um ferro de engomar, pesado e antigo, ainda guarda o calor do esforço, ou do carinho, mostrando que as rugas ficam apenas no coração, nunca na roupa. Mais adiante, sobre um napperon bordado por mãos que talvez adivinhassem outro futuro, uma terrina de louça com folhas de couve-galega, de onde saltitam sapos esverdeados. À sua beira, fiel como um cão morto, uma telefonia que há muito deixou de transmitir qualquer sinal de esperança.

À meia-luz, a câmara revela-nos agora um corredor de soalho envernizado, e sobre ele um tapete herdado, estendido com orgulho. A câmara sai sobre o tecido, neste travelling lento, como se temesse acordar o dia. Espalhados pelo chão, os restos de uma infância interrompida: um peão, um alguidar, duas latas de alumínio entrelaçadas por corda e um cavalo de baloiço esculpido a canivete, com as marcas do amor que o talhou. Avança, por aqui.

As paredes, amareladas apenas pela tinta, seguram vários retratos de família. Conhecemos o rosto de quatro crianças com

o cabelo tão negro como as noites que as viram crescer, duas meninas e dois meninos, que ainda ignoram a brevidade da paz, até que, enfim, paramos na fotografia do casal. São jovens ainda, não terão mais de trinta, ele com as patilhas largas e o colarinho por cima da lapela, ela com a sua blusa de domingo, um cetim de gola alta, fechada por uma laçada que tentava imitar a elegância das senhoras da capital. Sorriem, eternizados no papel, ignorantes da racha que atravessa o vidro como uma cicatriz.

Mesmo às escuras, vemos uma mão retirar a moldura com um tremor que não é de frio, revelando o buraco na parede, aquele cofre improvisado que o tijolo aceita sem perguntar nada. A outra mão, suja do mundo e do que o mundo obriga a fazer para se continuar inteiro, esconde lá dentro um objeto embrulhado num lenço que tem as mesmas manchas rubras desta alvorada, um sangue que já não se sabe de quem é, mas que marca o tecido como se fosse uma escrita final. A moldura volta depois ao seu lugar, e o casal permanece a sorrir para o vazio do corredor, sem se dar conta de que a sua felicidade de papel serve agora de tampa para qualquer coisa.

Seguimos atrás deste vulto. Um homem, mais morto que vivo, caminha até à casa de banho e com a mão ensanguentada procura o interruptor. Luz, nem vê-la. Ouve-se apenas o respirar nervoso de um isqueiro. Hesita. E na intermitência daquela pequena chama, pomos finalmente os olhos na cara deste homem. Magro, queimado de um sol antigo, um bigode sobre lábios carnudos e um sinal no canto inferior direito.

Abre a porta do armário. Esconde-se de nós por um instante, Tateando na penumbra por uma cura que as ligaduras ou os xaropes não podem oferecer. Volta a fechar o móvel e segura agora um pequeno tesouro dourado, um frasco de perfume que brilha como uma joia sobrevivente naquela casa. Desaperta o pulverizador e leva o vidro aos lábios, como se fosse um cálice de uma última ceia solitária, inclinando a cabeça num gesto de entrega absoluta,

e deixa que o líquido lhe desça pela garganta em goles fundos, sem um único bater de pálpebras. O álcool é um ferro em brasa que lhe raspa a garganta e, no meio desse ardor que o consome, liberta-se subitamente uma fragrância de terra batida e de chuva grossa.

É quando a câmara roda sobre o seu próprio eixo, executando um movimento lento que nos desvia do corredor para focar uma porta encostada. Entramos pé ante pé naquela escuridão protegida, e a lente revela a dormência das quatro crianças entregues a um sono de uma paz tão inocente, que parece um erro perante o que se passa no resto do mundo. Nos contornos dos cobertores de lã, o enquadramento detém-se na menina, a mais velha daquele ninho de irmãos, que mantém as pálpebras abertas e chora. Encosta o punho à boca para não fazer barulho e volta a recolher-se sob o peso das mantas, escondendo-se dos raios que se preparam para rasgar o ar e desfazer o silêncio desta casa.

Trovoada. E traz consigo os grunhidos, um som de bicho acossado que caminha de mãos dadas com o trovão. A câmara volta-se de novo, num movimento de vertigem, e vai ao encontro do quarto onde o homem entrara. A temperatura aquece e a humidade escorre pelas paredes, lenta, como suor de pedra. Sente-se o bafio, espesso, o cheiro a mofo e a sangue antigo que satura o ar. Primeiro um pé, depois o outro, e o plano desce para mostrar que o chão é um soalho lamacento e por todo o lado há vegetação densa que arranha. O homem tem uma faca cuja lâmina reluz por entre a folhagem, enquanto ele se esforça para conter os gemidos que lhe sobem no corpo. Leva a mão ao bolso do casaco, um gesto mecânico e desesperado, contando as munições que lhe sobram com os dedos encarquilhados pelo frio das balas. Chove-lhe no rosto, uma chuva que atravessa o telhado do quarto, enquanto aponta a sua *Walther P38*. Tem ainda uma granada consigo, o último argumento contra o vazio. Respira fundo. Observa por entre os galhos, atento e febril, como quem soletra, um a um, o número de inimigos que o cerca na mudez.

— Quatro. São quatro.

Abandona o abrigo da cómoda e atira-se ao lamaçal, rastejando com a urgência de quem atravessa o fim do mundo por baixo da cama até à última árvore. Segura a ansiedade no fecho dos dentes e enfia a 9 mm no coldre com uma precisão que o pavor não ousa desviar; o coração é um tambor de guerra contra as tábuas da casa. Espera. Mais um pouco. Até que um homem camuflado corta a esquina. Ele ergue-se então como uma sombra que ganha mãos, agarra-o por trás, abafa-lhe o grito com a palma e corta-lhe a garganta. O corpo estrebucha no chão, asfixiando-se no seu próprio sangue.

Os outros três dão pelo estrépito da queda e costuram o ar com chumbo na direção daquela morte, as balas a despedaçarem a mobília e a rasgarem a ilusão de silêncio. É nesse instante que este homem se eleva do miombo que lhe cresceu no quarto, uma figura de lama e fúria surgida do meio da escuridão, e dispara com uma lucidez aterradora: um buraco abre-se na têmpora esquerda de um, enquanto um novo furo é cravado bem ao centro do peito do outro. Sob o fogo do último, ele salta, atravessando a luz para fechar as mãos no pescoço do homem da boina vermelha, cujos óculos embaciados pelo suor não conseguem esconder o desespero. Com uma das mãos aperta-lhe a traqueia com o rigor de um torno, enquanto com a outra saca da faca para lhe gretar a goela.

— Morre, turra!

— Estás a magoar-me.

É a filha mais velha quem o diz, com uma voz ténue, já desperta num choro que o arranca da selva para o soalho daquela casa, e ele liberta-a num tremor absoluto, os braços a caírem-lhe como se o ferro da faca se tivesse transformado em chumbo, desabando ali mesmo, no pânico de se reconhecer carrasco de quem mais ama.

Entretanto, a banda sonora irrompe efusiva, os violinos e as trompetes da «Madrugada» de Duarte Mendes a soprarem uma esperança que para ele é apenas um abismo de ruído, e o homem

levanta-se num movimento de fuga, correndo em desespero porta fora, para longe dos olhares que o desmascaram e da luz que o condena. A mãe, acordada pelo sobressalto que o medo lhe meteu no corpo, entra no quarto e atira-se para cima dos quatro filhos, colhendo-os num abraço onde as lágrimas se misturam e se perdem.

O volume da música agiganta-se, os metais e as cordas elevam-se por entre o silêncio de uma manhã que este homem já não sabe como habitar, e a perspectiva cola-se às suas costas enquanto ele abandona o prédio como se este estivesse em combustão, um incêndio invisível a lamber-lhe os calcanhares e a empurrá-lo para fora de si mesmo. Caminha até à estrada de cascalho e ali sucumbe, erguendo o rosto num pedido de trégua a um céu que permanece indiferente.

A câmara desprende-se do chão, elevando-se num voo que nos mostra o Bairro do Zambujal, transformando aquele desespero numa mancha pequena entre a geometria dos blocos. O bairro acende-se aos poucos, a vida a reclamar o seu lugar por entre a penumbra: uma janela risca um fósforo na escuridão de uma fachada, um cão tosse contra a humidade da manhã e, lá ao fundo, ouve-se o som metálico do padeiro, que bate a pá no ferro, o anúncio do pão a começar no meio do sossego das casas. A tela mergulha então num escuro cegante, enquanto o título se escreve com a crueza de uma sentença: *A Balada do Bairro*.

1975

A canção prossegue, agora no ecrã baço de uma pequena televisão em caixa de madeira, onde uma Nossa Senhora de Fátima, lá do alto, tenta abençoar o quotidiano de quem já só espera a noite. Duarte Mendes, um dos capitães de Abril, surge a cantar de camisa vermelha e cravo ao peito, é a repetição do grande *Prémio TV da Canção* que volta a invadir as casas, mas ali o som chega abafado pelo frenesim tabernário e o odor a etanol denuncia o lugar: o Café da Emília, o sítio do costume. Aqui, a madeira do balcão cola-se às mangas, enquanto o frigorífico estremece e range como um velho asmático a lutar pelo fôlego, e a própria Emília, de braços cruzados sobre o peito, vigia tudo de forma adormecida, com um olhar que atravessa clientes como se eles fossem apenas sombras. Os bêbedos discutem qual a música que devia ter vencido, mas como o entendimento lhes falta e só lhes sobra a vinhaça rasca, a conversa aquece e os copos batem na mesa com mais força do que os argumentos.

Aqui, a política serve-se por medida, entre um trago de tinto e um arrote de convicção, gentes que nunca viram o capital, mas que odeiam os capitalistas com a fúria de quem deve três meses de renda na mercearia. A conversa é um verão quente de ignorância onde se mistura a reforma agrária com a métrica da canção, cada um arvorado em estratega do destino nacional enquanto o capitão de Abril lhes sorri do vidro, com aquele cravo a prometer uma liberdade que nenhum deles sabe bem onde guardar, chamam-se nomes grandes, fascistas e reacionários, como se as palavras fossem pedras para atirar ao vizinho, mas que acabam sempre por cair dentro do próprio copo. É uma dialética de balcão, onde

o socialismo parece ser apenas a esperança de que o próximo jarro venha por conta da casa, uma balbúrdia de ideias por estrear na cabeça de quem só conhece a gramática da sobrevivência e a mística de uma revolução que lhes chega aos ouvidos como um fado que se canta sem saber a letra.

O verão vai então ardendo como se quisesse provar qualquer coisa, mas não chega a convidar ninguém ao mar. Não é por causa dos fantasmas da DGS que a história já tratou de enterrar no lado do esquecimento, é porque continua a ser uma valente estirada, cansada e quase bíblica, ir a pé do bairro até ao areal de Algés. E falando de Algés, eis que aparece, inteiro, como se o nome se lhe tivesse colado ao corpo no Ultramar e nunca mais o houvesse largado. É o mesmo homem de há pouco, antes de a vida lhe amassar de vez a feição como um oleiro mal-humorado. Neste tempo, ainda guarda um resto de beleza bruta. A pele tem essa sujidade de quem foi cozido por um sol nómada. A manga cavada denuncia aquilo que o corpo ainda guarda na memória, braços que pegaram em armas e que ainda pegariam em homens se a vida voltasse a exigir o esforço. E a tatuagem não deixa mentir, no braço esquerdo, feita com o rigor da agulha e o negro da tinta da China: um punhal, atravessado por um ramo de louro, rasga um mapa tosco de Angola, como se ele trouxesse a geografia do mato colada à carne para não se perder da própria dor. Por baixo lê-se a sentença antiga em latim, *Audaces Fortuna Juvat*, aberta na pele com a firmeza de um ferro em brasa. Depois há o cabelo, domado à força, dos limites da testa ao jugo da nuca. E, ao peito, um terço em ouro, que reluz como coisa proibida, um relicário de luz num corpo habituado a sombras. As calças de fato cinzento-rato parecem vir de um mundo mais arrumado, deslocadas daquele chão de pó. Por fim, o cigarro, sempre o cigarro a cair-lhe da boca com a naturalidade de quem nasceu com o fumo, não sendo já um vício, mas um prolongamento da própria cara, o último instrumento que ainda o segura à superfície da vida.

Os calés chamam-lhe *irmo*, irmão em caló, esse fragmento de uma língua cigana que lhe ficou suspenso no ouvido e se lhe entranhou na pele como se fosse mais uma tatuagem feita sem o castigo da tinta. No bairro, o nome viaja de boca em boca como se fosse uma senha, dito em surdina por quem teme ou em voz cheia por quem se quer valer dele, conforme a coragem que o dia permite. Se o respeito já lhe pertencia antes de partir, a guerra devolveu-lho agora vestido de uma treva maior, uma aura de silêncio que se impõe sem precisar de palavras. Os miúdos, esses índios e *cowboys* de rua, medem-no com um olhar carregado de peso, percebendo no instinto que ninguém ali está disposto a desafiar a resistência de um corpo que já carregou o ferro e a pólvora e a memória bruta do mato.

Está na cara que isto vai dar lenha logo a abrir. Debaixo das arcadas, dentro do tasco onde a vida se gasta devagar, reúne-se a fauna habitual de homens que encham a boca com a sede de liberdade, mas que bebem, acima de tudo, uma sede antiga de vinho. À volta da mesa do dominó, as pedras caem com o som seco das sentenças, de jogada em jogada e de provocação em provocação, trocam-se acusações e gargalhadas, que saem torcidas pelo álcool, enquanto os copos de tinto se tornam mais amargos à medida que o fundo se aproxima. A balbúrdia daquele poço vínico não passaria de rotina, caso a roda do dominó não sentasse a clientela velha e a juventude armada, num embate mudo entre Algés e os Teddy Boys.

Chamam-lhes assim, Teddy Boys. Não é nenhuma invenção das fitas de cinema, mas o nome que o mundo lhes cuspiu para cima e que eles passaram a usar como se fosse um orgulho malcriado. Uma alcateia de arruaceiros, rapazes perdidos em casacos de cabedal gasto e cabelos engomados, a brilhantina a servir de cola para uma vaidade que o bairro não perdoa. Falam alto, andam de lado, arrastando o corpo pelo passeio como quem desafia o mundo inteiro para um duelo de olhares, vivendo sempre naquele

equilíbrio precário de quem tem um pé na calçada e o outro já a meio caminho das grades, entregues a esquemas tortos e a rapinas miúdas, reinventando-se no crime com a mesma naturalidade com que passam o pente pelo cabelo para manterem a figura diante do abismo.

E, como sempre, Algés ganhou. Conhece as regras daquele tabuleiro como ninguém, basta-lhe um franzir de sobrolho para ler o que o adversário guarda na palma da mão, uma perspicácia que ninguém sabe se é talento ou se é apenas batota, e, se for batota, que fique guardado entre nós ou que se entenda ele com Deus, que Deus anda ocupado com coisas maiores e não se mete nestas contas de balcão.

— Batoteiro! — grita Jaime, o mais novo dos Teddy Boys, um miúdo de sardas e ossos tão finos, que parece ter a alma sempre em aflição. A mesa ainda vibra com o impacto da última peça, aquele duque e quadra a fumegarem sobre a madeira como se fossem carvão tirado do lume, mas o rapaz topou o truque antes de todos os outros. Falou, não por malícia, mas por um instinto que o traiu, e logo a seguir encolheu o pescoço, baixando o olhar para as botas como quem pede desculpa à própria umbra pelo crime de ter existido com voz.

Do outro lado ergue-se o verdadeiro barril de pólvora. Chamam-lhe Andorinha, com aquela ironia que se cola à casca grossa de um homem que mal descola os pés do chão, pele mosqueada, cabelo pelos ombros e barba em falta. Tem o sorriso de quem perdeu mais dentes que apostas e o corpo moldado à bruta de carregar o que não lhe pertence. Um bicho que não pensa depressa, mas que é o primeiro a partir a mesa quando sente o sangue a pedir espetáculo.

Andorinha empurra o banco com violência, derruba o cálice, despejando o tinto em arco, e vira a mesa ao contrário, com os copos a rebentarem no chão como aplausos de vidro que anunciam o fim da conversa.

— Este cabrão fez batota, Zé!

A câmara volta-se e apresenta Zé da Tarada. O homem não entra em cena, ocupa-a com a força de um desastre anunciado, de feições rudes, cicatriz na vista direita, linha torta trabalhada por uma navalha afiada, assinatura de alguém que quis deixá-lo vivo apenas para nunca mais esquecer. É mestiço: o pai era cigano e a mãe, dizem, tarada. Cresceu sem chão, sem colo, parido pelo ventre da miséria. Da mãe herdou o desvario. Do pai, um cavalo branco. E não era um cavalo qualquer, era uma fera robusta, nervosa, de crina desgrenhada e olhar em brasa. Zé da Tarada cavalgava-o pelas ruas estreitas como quem trazia notícias do fim do mundo, enquanto o som das ferraduras a bater no empedrado funcionava como aviso público: as crianças calavam-se, as mulheres recolhiam roupa e os homens mudavam de passeio. Montado naquele animal, Zé da Tarada ficava maior do que era, um cavaleiro de apocalipses locais, de guerras de esquina, sempre ladeado pelo seu gangue, senhor de uma vontade que não conhece freio.

Mas Algés não baixa nada, nem a guarda nem a cabeça, é o primeiro a dar, e aquela esquerda, pelo que se vê, é mesmo o que se diz: feita para engomar beíças. Andorinha cambaleia, tropeça dois passos atrás como um armário que desaprendeu o chão, e ainda encaixa outra, seca, funda, na figadeira. Os cães de fila saltam logo da plateia, projetados pelo ruído do sangue, e caem-lhe em cima. Zé da Tarada continua a fumar, impassível, como quem assiste a uma tourada que já sabe como acaba. Os da mesa juntam-se à refrega, e a tempestade sobe, o ar enche-se de som de ferro a bater em carne, cadeiras a tombar, vidro a estilhaçar. Até que o barulho se corta a direito por um trovão curto: um disparo. Zé da Tarada ergue a pistola e dispara para cima, não por medo, mas como quem finca a bandeira em território reclamado. A fumaça espalha-se, lenta, demorada, misturando-se ao fumo do cigarro que ele continua a mastigar entre os dentes, enquanto o olhar, cravado em Algés, permanece tão frio como o cano da arma que ainda lhe queima na mão.

Ficam assim, cara a cara, a medirem-se através daquele cheiro acre da pólvora que silencia tudo, entre o vinho derramado no chão, a respiração pesada da turba e a estupidez velha dos homens.

— Basta. Sentem-se já — berra ao bando Zé da Tarada, rasgando o chinfrim como faca em tecido.

Mas Andorinha não ouve, ou finge que não entende, ou talvez não saiba mesmo como ouvir quando o orgulho lhe lateja nas gengivas feridas. A voz rouca, profunda, sai-lhe como se viesse de um poço escorregadio.

— Olha o que ele me fez à cara, caralho!

Urra, cuspiendo sangue e um dente como quem cospe uma ofensa final, e tenta avançar mais um passo para apanhar Algés pelas costas. Mas o braço de Zé da Tarada chega primeiro, agarra-o pelo colarinho e puxa-o para trás com força bastante para lhe fazer engolir o ar e o atrevimento.

— Homem, não me obrigues a repetir.

Algés, amparado pelos braços dos restantes homens, estanca o sangue que lhe escorre do nariz com as costas da mão, num gesto que espalha o rasto vermelho pela pele curtida. Arrasta a cadeira com o som seco da madeira a morder o chão e senta-se de novo à mesa, como quem regressa a um ritual antigo que nem a pólvora ousou interromper. Jaime observa tudo, petrificado, com os olhos arregalados de um miúdo que percebeu, com o medo a subir-lhe pela garganta, que o jogo ali é feito por adultos e que a vida se decide entre o bater de um copo e o estalido de um osso. Sente uma estranheza que o consome, sem entender como é que aquele homem convive tão bem com o abismo, parecendo não ter medo do bando nem do próprio Zé da Tarada, como se a calma de Algés fosse uma anomalia, uma língua que o rapaz ainda não sabe falar.

— Não vale a pena.

— Vamos ter calma, cavalheiros.

Ouve-se o som do líquido a cair, enquanto novas taças de vinho são erguidas por mãos que ainda guardam o tremor do

susto. Regressa-se assim ao jogo com uns nervos de aço que tentam disfarçar o caos, depois do braço de ferro mudo entre Algés e Zé da Tarada. Para o líder da matilha, foi a primeira vez em muitos anos que um homem lhe sustentou o olhar sem baixar a guarda, um desafio silencioso que ficou gravado na memória das paredes do tasco. Fica tudo em banho-maria, ali, naquela tensão espessa que o bairro sabe envelhecer como se fosse uma virtude. Venha daí mais vinho. Se há coisa que estes dois dividem, é a sede. A sede e o facto de pertencerem, inevitavelmente, ao mesmo sítio condenado a existir.

O Zambujal é este bairro parido à pressa, um nascituro que sobreviveu por milagre e foi arrancado a ferros de um vazio que o país não soube nomear. Levantou-se logo a seguir ao 25 de Abril, naquele tempo de vertigem em que a liberdade abriu as comportas, mas se esqueceu de que a alma precisa de um teto para não se evaporar. Os cimentos secaram com o medo de ser despejados, as paredes aprenderam a crescer tortas, e ainda hoje se escuta no silêncio da escada o eco daquelas marteladas cegas, dadas com a fome de quem já não tinha mais paciência para o amanhã. Enquanto em Lisboa se discutiam as liberdades puras e os conceitos de um povo novo, aqui a revolução era um assunto de tijolo e de ocupação. A habitação social era um plano que a cidade, na sua pressa de ser moderna, não soube cumprir a tempo, e por isso as sombras deslizaram para dentro das portas ainda por assentar nos gonzo, gente que trazia o pó das barracas e o frio das casas demolidas colado aos ossos. O mundo mudava de centro no instante em que o corpo ocupava o vazio: agora aquilo era deles pelo direito da necessidade e da urgência. A lei era o cansaço de quem já não tinha para onde ir, e quem trancasse a porta primeiro era quem fundava a sua própria pátria de cimento e de sobrevivência.

Por isso, a vizinhança cresce assim, como um tecido rasgado ao meio por uma costura que nunca soube sarar, dividida entre

os que trazem o papel do direito na mão e os que trazem o peso da invasão no corpo, vindos de todos os cantos onde a esperança tinha acabado de morrer. São todos filhos bastardos da mesma revolução, deixados ali ao deus-dará por um país que se esqueceu de lhes ensinar a paz depois de lhes ter prometido o pão, entregues agora a uma lei própria, em que ficar de pé é o único objetivo.

As ruas cheiram a lixívia e a sopa que ferve em tachos de esmalte, um vapor ácido onde o químico da limpeza se mistura com a gordura aguada da sobrevivência, como se o bairro tentasse a cada manhã lavar a própria fome com o rigor do desinfetante. Nas varandas, os lençóis ainda a pingar misturam-se com as bandeiras avermelhadas, esses farrapos de uma fé política que já viu mais crença e mais suor do que as igrejas. As gaiolas assobiam por cima das discussões acesas dos vizinhos, música de pássaros a flutuar sobre a miséria enquanto a vida teima em brotar por entre as fendas do cimento. No meio do entulho e da incerteza, o futuro ensaia-se nos pés das crianças que chutam bolas feitas de jornal enrolado em meias velhas, correndo entre as pernas das mulheres que estendem a roupa e, com o mesmo fôlego, estendem novelas falsas sobre a vida alheia para preencher o vazio do tempo. O bairro vive assim, suspenso num equilíbrio febril, como se pudesse ser arrancado do chão com apenas dois dedos de força ou um sopro de má sorte. Cada pedra é uma trincheira de pertença e cada porta uma barricada improvisada, o último reduto de quem espera que o amanhã não lhes venha cobrar o direito de existir.

Por isso, ninguém estranha quando há pancadaria entre vizinhos, nem empurrões ao Serviço de Apoio Ambulatório Local, mesmo quando vem ajudar. Há um fervor anarco-populista permanentemente em lume brando, atizado pelas manifestações do MRPP, pela Intersindical, por quem passa por aqui a pescar descontentamento e a prometer mundos que ninguém sabe onde ficam. Deixam panfletos nas portas, pedem luta, mas aqui

a verdadeira foice e o verdadeiro martelo não são os das bandeiras que esvoaçam nas mãos dos agitadores, são os dos operários que, depois do turno na fábrica, continuam a bater no ferro para erguer a sua dignidade.

1974

À primeira vista, dir-se-ia que estamos perante uma pintura expressionista do fim do mundo, esborratada à pressa com pinceladas de lama e fuligem, mas o que ali ferve não é tinta, é a carne humana metida no meio de uma viscosidade que a vista não alcança explicar. São as barracas de Santas Martas, uma ferida aberta entre a praça de toiros de Algés e as traseiras do quartel dos bombeiros, onde o lodo é uma sopa grossa que devora os tornozelos e as chapas onduladas se aguentam por milagre, presas a pregos tortos e a uma esperança que já nasceu cansada.

Ali, o chão é um escarro de terra e detritos, onde o nojo se entranha nas unhas e os esgotos correm à face da terra, desenhando veios de podridão que ninguém consegue saltar sem se sujar para sempre. É uma geografia de terceiro mundo incrustada no flanco de uma Lisboa que finge não ver, uma pobreza sem fim nem medida onde o básico é um luxo de outro planeta: a água potável é uma miragem que obriga as mulheres de lenço na cabeça a carregarem bidões ao ombro, subindo vielas onde o ar cheira a bafio e a excremento. Nestas ruas que não são ruas, as crianças de pés descalços fazem da imundície o seu campo de jogos, mergulhando as mãos na lama como se ali pudessem moldar um futuro que não seja feito de zinco e frio. Os homens, de cigarro preso no canto da boca, levantam paredes de entulho e tábuas podres, barricadas improvisadas contra uma vida que os quer empurrar para o fundo, enquanto mesmo ali ao lado, na encosta onde um dia haverá de florir o asseio de Miraflores, o mundo parece ainda um lugar por inventar.

Santas Martas é este refúgio intermitente de mil vidas que não ocupam prédios, porque ainda não têm sequer o direito ao cimento.

Em 1967, Lisboa afogou-se numa das maiores cheias da sua história, um monstro de água e detritos que engoliu bairros inteiros e arrastou famílias, casas e as poucas certezas que a gente tinha. Salazar, com a frieza arrumada de quem governa sobre cadáveres, estancou oficialmente o número de mortos nos quatrocentos e cinquenta, fechando o livro da tragédia antes que a última página fosse lida; na mesma madrugada, com a autoridade de um sussurro que valia como lei, fez circular a ordem de cessar a contagem, mas as vozes da rua, as que não cabem no papel selado, contam outra soma: perto de setecentos, talvez mais, porque não há número que chegue para medir quem perde tudo na lama.

Esta zona foi das mais castigadas, a água invadiu os refúgios de chapa com a força de um exército cego, elevando as camas até ao teto e transformando o pouco que se tinha em destroço e bafio. Nas noites de chuva, há quem jure, com a solenidade de quem já viu o inferno de perto, que sete anos volvidos ainda se escutam os gritos-fantasma das crianças levadas pela enxurrada, vozes pequenas que se perderam na correnteza. Uns lembram para não morrerem por dentro, outros tentam esquecer para conseguirem acordar amanhã, mas quase todos, quando a conversa recua até esse tempo de lama e luto, acabam sempre por pronunciar o mesmo nome: Algés.

Estava em Lisboa não por baixa nem por desmobilização, mas apenas por uma licença breve arrancada ao superior pelos colarinhos naquela parada poeirenta do quartel. Voltou porque a filha mais nova acabara de nascer e porque ser pai é também uma guerra que não conhece tréguas nem quartel. Sabia, enquanto embalava aquele corpo minúsculo, que o seu futuro era um fio curto e que Angola o chamaria de volta com a paciência dos credores que nunca esquecem uma dívida de sangue. Nesse dia, quando

a cheia rebentou e o mundo se dissolveu num rio castanho de lama e destroços, Algés não hesitou: atirou-se às águas revoltas com a sede de uma besta treinada para a sobrevivência e, lutando contra a força cega da corrente, resgatou primeiro uma mulher que se afogava agarrada à filha pequena, com a ferocidade de quem se recusa a entregar o fôlego à morte. Empurrou-as para a segurança de um muro alto, e enquanto a tragédia continuava o seu curso imparável, ele voltou a mergulhar. Não o fez por um santo nem por alguém do seu sangue, mas por um burro que se debatia com os olhos revirados e as patas em pânico, preso pelo terror da água. Algés amarrou o animal a uma árvore e ficou ali, encharcado e exausto, com três vidas salvas à custa do próprio corpo. Uns chamaram-lhe louco, outros viram nele uma santidade rústica e violenta, mas talvez tenha sido apenas a linha torta onde a humanidade se escreve quando o abismo nos olha de frente.

O Sol descia devagarinho, e à medida que a luz se cansava, o mundo ficava mais estreito. Era o momento de partir. Por entre as galinhas nervosas que esgravatavam a terra e as tábuas podres, Algés rompia o caminho. Levava o filho mais pequeno ao colo, transformando o peito numa parede de carne para que o vento não chegasse ao fôlego da criança, e atrás dele caminhava Sergine com os outros três, uma generala triste de um exército miúdo feito de fome e de uma esperança que lhes dobrava a espinha, carregando sacos, mochilas e cobertores dobrados com o cuidado absoluto de quem transporta a derradeira dignidade, aquela que não se pode deixar cair na lama sob pena de se perder o rasto da própria decência.

Avançavam com passos medidos entre as paredes improvisadas de zinco e madeira, esses lares frágeis que, como os de tantas outras famílias, deixavam para trás sem um único olhar de despedida.

Algés ia à frente, não porque tivesse o mapa do futuro ou a certeza do rumo, mas porque a responsabilidade lhe exigia ser alguém, e, naquele momento de sombras, ser alguém competia a ele.

O destino falava-se em sussurros, ali para os lados da Amadora, diziam, onde cresciam prédios novos, uma urbanização ou coisa que o valha, palavra que ninguém sabia bem onde pôr na boca, mas que lhes soava a música celestial. Prometia-se o cimento e as vigas de ferro, a ossatura de uma casa que não apodrece com o tempo nem se deixa levar pelo vento. Sonhavam com a água a sair da parede, esse milagre domesticado por uma torneira, e com a luz que iluminaria os rostos mesmo quando o Sol se cansasse e a noite quisesse mandar em tudo. Por isso, naquelas poucas horas que separavam a miséria cortante das chapas de alumínio da solidez severa das paredes de betão, a curiosidade das crianças começava a furar a crosta do pavor, transformando a travessia numa lengalenga de esperança:

— Mãe, quão alto é? — perguntava uma voz pequena.

— O quê, filha?

— O prédio.

— É muito, muito grande.

— Como subimos?

— Pelas escadas.

— Vamos ter umas escadas?

— Vamos, sim. Todos.

— Para tocar no Sol?

— O Sol foge sempre de nós, filha.

Anoiteceu devagar. Primeiro no coração, depois no olhar, e só por fim no céu. Os pés afundavam-se cada vez mais nas encostas do ribeiro, ouvindo a água fluir pelas pedras, um murmúrio líquido que guiava aquela procissão de negrumes como se a própria terra quisesse ensinar-lhes o caminho da coragem. Vamos. Por entre as silvas, os olhos destas gentes brilhavam no escuro e, lá ao fundo, recortados contra a Lua como dentes de um gigante adormecido, erguiam-se eles, os prédios, enormes, frios, tão perto e tão impossíveis que pareciam miragens feitas de betão. Naquele instante, o futuro tinha já paredes, pensavam.

Observaram os prédios de baixo para cima, esses gigantes de betão fresco, glaciais e impassíveis diante daquela pequena multidão de gente cansada. A câmara viajou pelos rostos expectantes das famílias, detendo-se por fim no de Algés; este respirou fundo, quase a tremer. O seu olhar carregava uma contradição antiquada: sabia que aquilo não era deles, que a lei não lhes reconhecia a posse nem lhes dava a chave, mas também sabia que nunca haviam tido nada tão próximo de o ser. Fez sinal para avançarem. À entrada de um dos blocos, outros homens esperavam. Um deles empunhou um pé-de-cabra e, com um estalido seco, forçou a porta, um barulho que ecoou pelo átrio vazio como uma sentença. Algés e Sergine subiram devagar, degrau a degrau, conquistando o terceiro andar com a paciência de quem sobe uma montanha de esperança. Pássaros, surpreendidos na sua própria invasão da obra aberta, esvoaçaram por uma claraboia ainda sem vidro, e o bater de asas encheu o corredor como um hino desordenado, uma saudação bruta à chegada dos novos donos. O ar ali dentro já não era o das barracas, cheirava a cal fresca e a poeira húmida, o perfume cru e honesto de coisa nova, que, finalmente, tinha paredes para lhe segurar a vida.

Entraram. Pousaram os sacos com a lentidão de quem deposita o corpo num lugar de repouso eterno. Os filhos circularam devagar, como se andassem dentro de um sonho que ainda não sabe se tem permissão para ser verdade, tocaram nas paredes por terminar, sentindo o frio do cimento e a rugosidade do tijolo bruto, tentando perceber se aquele milagre de geometria aguentava o peso da vida, se aquilo existia de facto ou se era apenas uma miragem de pedra que a manhã viria desfazer. Noutras entradas abertas, outras famílias repetiam aquele gesto de espanto contido, um assombro manso de quem passou a vida à mercê da vontade do vento, e agora, de repente, descobre que a natureza pode ser deixada do lado de fora. Olhavam-se de relance, através dos vãos das portas ainda sem madeira, mas não diziam nada. Havia entre

todos um pacto silencioso e feroz, uma cumplicidade de manada que sabe que o silêncio é a primeira camada da proteção: ninguém falava mais alto do que o necessário para que o mundo lá fora não se lembrasse de vir cobrar o direito àquele vazio.

E então chegou esse instante pequeno e gigantesco, esse gesto que não entra nos livros mas muda vidas. Não havia porta. Nem fechadura. Só aquela abertura que dava para o nada, para o medo, que abria caminho ao país inteiro, que podia entrar a qualquer momento e dizer para se porem a andar de fininho. Algés respirava devagar, quase reverente, e fixou o olhar numa mesa de trabalho esquecida, um tampo de madeira pesada e leal, coberto pelo pó do labor alheio. Pegou nela, arrastou-a com a força de quem ergue uma barricada e virou-a contra o vão.

O estrondo da madeira a bater no betão foi o primeiro som de posse. Não ficou perfeito, não era bonito, e lei nenhuma reconheceria ali uma aldrava, mas aquele pedaço de tábuas cruzadas calou o vento e amansou a noite. Pela primeira vez na história daquela linhagem de lama e bafio, havia um dentro e havia um fora. Havia até a possibilidade de pedir a alguém para escrever uma carta e enviá-la para a terrinha, para os pais que ficaram no interior profundo, e dizer: temos uma casa de vigas e telhado. E foi com esse pedaço de madeira a fazer de fronteira contra o mundo que, naquela noite, Algés e a família, e tantos outros ao redor, não apenas entraram num lugar, mas entraram numa vida nova. E dormiram como quem fecha a porta pela primeira vez ao passado.

Foi assim que o Bairro do Zambujal se fez gente e pedra, nascido das costelas das barracas de Santas Martas e de muitos outros lugares sem nome, onde o mapa de Lisboa terminava em branco. Vinham carregados de quase nada: uns traziam apenas a coragem do músculo, outros o pouco que tinham conseguido salvar de um naufrágio longínquo e duradouro, mas todos, sem exceção, traziam a mobília pesada do medo. Nos primeiros meses,

habitaram aquelas casas como quem habita um pecado, vivendo na treva, com o coração suspenso no fundo da garganta, enquanto o país se perdia em assembleias de poetas. Ninguém, nem eles, nem o Estado, que os ignorava, sabia ao certo se aquilo era o início de um mundo ou apenas o fim de um fôlego.

Mas o tempo, que é bicho que não pára quieto, foi passando, e as casas começaram a aprender a ser lares. Primeiro vieram os acabamentos, as janelas a fecharem-se contra o frio, depois o chão a cobrir a nudez do cimento, e, por fim, a audácia das flores nas varandas, pequenas bandeiras coloridas por quem dizia: daqui já ninguém me arranca. Aos poucos, as puxadas de eletricidade rompiam pelas paredes como ervas daninhas, uma trepadeira de luz necessária, e as condutas de água, improvisadas, já matavam a sede à gente. Aquela comunidade fundava a sua própria economia de guerra com a sabedoria da fome. Surgiam pequenos milagres de troca num capitalismo de sobrevivência que faria corar os teóricos: o pão chegava em carrinhas sem matrícula, o peixe vinha de mão em mão, embrulhado em jornais velhos que cheiravam a tinta e a maresia, vendia-se carne à janela, batatas num balde, cigarros a retalho e roupa que já tinha vivido noutros corpos. As pessoas trocavam a miséria que tinham pela dignidade que lhes faltava, porque o dinheiro era uma ficção distante, um papel que pouco mandava num lugar onde um quilo de arroz comprava o braço do pedreiro e umas sardinhas selavam um favor.

O PREC virava o país de avesso, sacudindo a terra como quem sacode um tapete velho, levantando uma poeira de utopia que cegava os incautos. E não era só o Alentejo que via novas mãos tomarem conta da terra. A ditadura caíra e, no vácuo do poder, a liberdade foi prontamente entendida como o direito divino de espetar um tijolo onde antes só passava o ar. Enquanto no Palácio de São Bento os intelectuais discutiam o sexo dos anjos nos trabalhos para a nova constituição entre fumaças de tabaco, aqui a emancipação era um assunto de colher de pedreiro. A ocupação

alastrou-se como uma febre, um salve-se-quem-puder que trazia parentes, compadres e desconhecidos de todos os pontos cardeais, gente empurrada pela súbita revelação de que o mundo era agora um estaleiro sem dono.

As poucas regras que ainda fingiam existir dissolveram-se num caos tão fértil, que os prédios começaram a ganhar membros extra, como mutantes de betão que não respeitavam o traçado de régua e esquadro das plantas: um anexo que se esticava para o lado por pura audácia, uma varanda que nascia de uma viga solitária, um andar que se empilhava sobre outro, desafiando a gravidade e a paciência de Deus. O bairro crescia com a mesmíssima alma das barracas, mas agora vestia a armadura do tijolo à vista; era o imprevisto elevado à categoria de monumento. Surgia a desordem, sim, mas uma desordem com apetite, onde cada anexo era uma vitória sobre o nada e cada estreitamento de rua era a prova de que a vida, quando quer caber, aperta-se. Era a arquitetura do já agora, um puzzle de cimento onde a única lei respeitada era a urgência de quem já tinha comido lama a mais para se preocupar com a harmonia das fachadas.

Depois de sobreviver à Guerra Colonial em Angola, Algés regressa a Portugal incapaz de deixar o mato para trás. Traz consigo a violência que o manteve vivo e a culpa de não saber o que fazer com ela.

Ao lado de Sergine, entre casas ocupadas, pobreza, fé e crime, tenta reconstruir a vida no Bairro do Zambujal, nascido das ruínas do pós-25 de Abril. Mas o passado de Algés não fica em Angola: entra pela porta, senta-se à mesa e aprende o nome dos filhos.

A Balada do Bairro é a história de uma família marcada pelo amor, pela brutalidade e por tudo aquilo que se herda em silêncio, contada como uma balada trágica e feroz, em que a miséria também sabe rir de dentes partidos.

“Um dia
hãõ de morrer
de tanto viver.”



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt

    penguinlivros

ISBN: 978-989-596-304-1



9 789895 963041